



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Assunto da interpelação oral e respectivas questões

Em finais de Junho, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) anunciou, repentinamente, que tinha decidido, após apreciação e análise dos pedidos apresentados pelas três concessionárias dos serviços de autocarros públicos colectivos, actualizar as tarifas em 23,3%, decisão esta que ia ser publicada no Boletim Oficial, depois de finalizados os respectivos procedimentos administrativos. Desde a aplicação do novo modelo de serviços de autocarros públicos que têm sido frequentes os acidentes de viação e as queixas contra a frequência das carreiras, mas, mesmo assim, o Governo aprovou a referida actualização, sem antes ter consultado o público. Para a população, isto é inaceitável. Face à forte contestação do público, o Governo suspendeu a autorização deste aumento de tarifas mas anunciou, entretanto, que vai haver lugar a actualizações com retroactivos, o que mais uma vez foi alvo das críticas da população.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Um ano após o arranque do novo modelo de transportes públicos, o somatório dos quilómetros percorridos pelos autocarros aumentou 60%. Como o pagamento dos serviços de autocarros é calculado ao quilómetro, o montante recebido pelas concessionárias registou também um aumento significativo de 60%. Apesar disto, em finais de Junho, o Governo anunciou, repentinamente, que tinha decidido actualizar em 23,3% as tarifas cobradas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

pelas três concessionárias. Face à forte contestação do público, o Governo acabou por suspender a autorização, e afirmou que vai ser criado um mecanismo para avaliação dos serviços dos autocarros que servirá, entretanto, de base, às futuras actualizações de tarifas. De acordo com o orçamento do Governo, devido ao aumento das carreiras dos autocarros, as despesas com os transportes públicos aumentaram de 684 milhões de patacas em 2012 para 1 458 milhões de patacas em 2013. Mas, em Fevereiro deste ano, o Governo anunciou, repentinamente, que vai actualizar as tarifas em 23,3% e com retroactivos a partir do 2.º semestre do ano passado, tendo os dirigentes da DSAT afirmado o seu receio de virem a ser processados pelas concessionárias de autocarros, situação que se tornou alvo das críticas do público. O aumento das despesas com os transportes públicos ultrapassa em muito o aumento dos encargos com o pessoal, equipamentos e combustíveis, não se vendo, portanto, fundamentos que o sustentem. O Governo concorda com isto? Se o contrato celebrado com as concessionárias está totalmente afastado da realidade, não deverá ser então revisto por acordo das partes? Será que os dirigentes da DSAT cometeram alguma falha com os documentos relativos à actualização das tarifas e, por isso, temem ser processados pelas concessionárias de autocarros?

2. Nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 71.º da Lei Básica da RAEM, compete a Assembleia Legislativa debater questões de interesse público e, no disposto do artigo 137.º do Regimento da Assembleia Legislativa, o plenário pode reunir para debater questões de interesse



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

público a pedido do Governo. A actualização das tarifas dos autocarros foi novamente alvo das críticas da população e é uma questão de interesse público que envolve dezenas de milhares de milhões de patacas. O Governo deve apresentar, formalmente e nos termos legais e regulamentares, informações suficientes à Assembleia Legislativa para se debaterem todas as questões relativas à actualização das tarifas, questões estas que envolvem o interesse público e que têm dado origem a grandes conflitos. O Governo vai fazer isto?

3. Atendendo ao actual modelo de controlo e pagamento dos serviços de autocarros, o Governo deve avançar com um sistema eficaz para a população poder supervisionar aqueles serviços, a fim de os melhorar e de se eliminar o que está mal. O Governo deve, o mais breve possível, dar início a audiências públicas periódicas sobre estes serviços, por exemplo, os dirigentes da DSAT e os representantes das três concessionárias dos serviços de autocarros devem ouvir e responder, pública e mensalmente, às opiniões e perguntas da população (incluindo os utentes dos serviços de autocarros, trabalhadores das concessionárias e comunicação social), elevando-se, assim, a transparência do actual modelo de controlo e pagamento dos serviços de autocarros, tanto ao nível da qualidade como da rendibilidade, a fim de se melhorarem os serviços e de se eliminar o que está mal. O Governo vai fazer isto?

5 de Março de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Ng Kuok Cheong